MODELO DE PETIÇÃO

GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. DETALHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ...ª Vara Cível da Comarca de ...

Autos n. ...

(nome) e (nome), embargantes, por seus comuns advogados *in fine* assinados, nos autos epigrafados dos embargos à execução em que contende contra ..., embargada, devidamente qualificada na exordial, vêm, respeitosamente, aduzir e requerer o que segue:

I- DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA DO COEMBARGANTE, DOCUMENTOS COMPROVATÓRIOS e PLANILHA DE DESPESAS MENSAIS

1. Atendendo ao r. despacho retro de fls. ..., os coembargantes requerem a juntada das últimas 03 [três] declarações de imposto de renda da pessoa física referentes aos anos-calendário 2017 [exercício ...], ... [exercício ...] e ... [exercício ...], figurando o ... como declarante principal e sua esposa ... como sua dependente. [doc. n. ...]

2. Muito embora a cônjuge ... não componha o polo ativo dos presentes embargos à execução, registre-se que não possui vínculo empregatício, não recebe qualquer tipo de provento e é absolutamente dependente de seu marido, coembargante ... [doc. n. ...]

3. Vejam-se também os saldos mantidos em contas bancárias da família, que movimentam apenas e tão somente os proventos de aposentadoria por tempo de contribuição do coembargante ... [doc. n. ...]

4. Por fim, em relação às faturas de cartão de crédito, requer seja deferido o prazo de 05 [cinco] dias para regularização do formato de arquivo, vez que existente “*chave de criptografia*” imposta pela própria instituição financeira está impossibilitando de serem carreados aos autos nesta oportunidade, muito possível pela incompatibilidade com o sistema de processo eletrônico “*e-SAJ*”.

II- ANÁLISE DAS DIRPF

II.1-RENDIMENTOS DECLARADOS

5. Verifica-se da mais recente DIRPF [ano-calendário ..., exercício ...] que os rendimentos tributáveis auferidos pelo coembargante ... é constituído pelo “*FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL*” e pelas retiradas da sociedade “...”, principal devedora nos autos da execução de título extrajudicial apensada.

6. Somados os valores, a renda bruta do casal no ano de ... foi de R$ ... [...]. Isso quer dizer que, em uma simples aritmética, a família sobreviveu mensalmente com cerca de R$ ... [...], sem deduzir os impostos retidos na fonte e já incidindo o 13º salário.

7. Também foi objeto de declaração 02 [dois] rendimentos isentos/não tributáveis, caracterizados por saldos mantidos em caderneta de poupança, que somados representam a cifra de R$ ... [...].

II.2- PAGAMENTOS DECLARADOS

8. Apenas os pagamentos destinados à manutenção do plano de saúde do casal junto a “...” foram informados na DIRPF, a saber: R$ ... [...] e R$ ...[...], respectivamente de ... e ...

9. Somadas as despesas médicas, os pagamentos representam R$ ... [...], o que equivale a 11,64% [onze vírgula sessenta e quatro por cento] da renda bruta anual do casal ou R$ ... [...] mensais.

II.3- BENS E DIREITOS DECLARADOS

10. Extrai-se da DIRPF que são diversos os bens e direitos minunciosamente detalhados, a saber:

(I) 01 [um] imóvel comercial situado na ..., registrado na Matrícula n. ... junto ao CRI da Comarca de ..., com área total de ...m², avaliado no ano de ... em R$ ... [...];

(II) quotas da empresa ...., inscrita no CNPJ sob o n. ..., avaliados em R$ ... [...];

(III) saldo mantido em conta poupança de titularidade de ... junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no valor de R$ ... [...];

(IV) saldo de aplicação financeira pertencente a ... mantido junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no valor de R$ ... [...];

(V) crédito de mútuo com a empresa ...., inscrita no CNPJ sob o n. ..., no valor de R$ ... [...];

(VI) saldo mantido em conta de titularidade de ... junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no valor de R$ ... [...].

[vide doc. n. ...]

III- A REALIDADE FINANCEIRA DOS COEMBARGANTES

11. Muito embora uma análise superficial das DIRPF de ... e sua dependente ... convença que o casal possua minimamente condições para arcar integralmente com as custas e despesas processuais, essa realidade é diametralmente oposta às possibilidades da família, e ainda pior quando se verifica a atual situação econômico-financeira da coembargante ...

12. Explica-se, como se verifica da recente “*Certidão Cível Positiva*” exarada pelo Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, constam mais de 18 [dezoito] demandas cíveis em curso apenas na Comarca de ... [...]. Dentre elas execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações monitórias, execuções fiscais e ações indenizatórias, todas versando sobre a sua inadimplência, *in verbis*:

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

- ... – ...ª Vara Cível – Valor da causa: R$ ...;

[doc. n. ...]

13. Com isso, o coembargante ... responde judicialmente por um passivo que ultrapassa R$ ... [...] apenas onde reside. Isso tudo sem levar em consideração a correção monetária, incidência de juros, aplicação de multa e condenação sucumbencial.

14. Ademais, a sua maior fonte de renda advinda da coembargante ... está em completo colapso financeiro, com o acúmulo de exorbitantes dívidas ano após ano, hoje com déficit de R$ ... [...], como se extrai do balancete do ano de ... [doc. n. ...]

15. Essa empresa também responde passivamente em mais de 98 [noventa e oito] demandas cíveis na Comarca de ... [...]. A inarredável verdade é que se encontra em estado pré-falimentar. [doc. n. ...]

16. E a atividade comercial desempenhada foi completamente inviabilizada, vez que a concessão comercial da ... foi rescindida de forma unilateral, exatamente pela apresentação de péssimos resultados. [doc. n. ...]

17. Não bastasse, os coembargantes respondem passivamente em conjunto no Estado de São Paulo na ação de execução de título extrajudicial apensada, cujo valor da causa estimado é de R$ ...[...]. [doc. n. ...]

18. Também respondem no polo passivo na execução de título extrajudicial de n. ..., distribuída pelo ... cujo valor da causa indicado é de R$ ... [...], vide fls. ...

19. E ainda mais! Consulta realizada junto ao SPC BRASIL demonstra que existem em nome do coembargante ... 07 [sete] “*Registros de SPC*” e “*Pendências Financeiras Serasa*” no valor somado de R$ ... [...]. [doc. n. ...]

20. No mesmo sentido a busca realizada em nome de ... [esposa do coembargante] demonstra a existência de 05 [cinco] “*Registros de SPC*” e “*Pendências Financeiras Serasa*” no valor apurado de R$ ... [...].

21. Pelo que demonstrado exaustivamente, resta demonstrado sem sombras de dúvidas a impossibilidade de os coembargantes ... e ... arcarem com os ônus processuais, por isso, fazem jus aos benefícios da gratuidade de justiça.

IV- DETALHAMENTO DAS DESPESAS E DÍVIDAS

22. Veja-se pela exposição da facticidade que o coembargante pessoa física e sua esposa possuem vida simples no interior do Estado de Minas Gerais com renda extremamente limitada e destinada ao sustento da família. Infelizmente, o que se constata é a insolvência civil do casal.

23. Faz-se necessário esmiuçar a vida financeira da família, *ad illustradum*:

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FINANCEIRA DO CASAL

... CPF ...

... CPF ...

RENDIMENTOS DA FAMÍLIA – IRPF ...a ..

RENDIMENTO BRUTO ANUAL R$ ...

RENDIMENTO BRUTO MENSAL R$ ...

RENDIMENTO ANUAL / 12 MESES

PAGAMENTOS ANUAIS DECLARADOS – IRPF ... a ...

... -R$ ...

... -R$ ...

PAGAMENTO ANUAL -R$ ...

PAGAMENTO MENSAL -R$ ...

PAGAMENTO ANUAL / 12 MESES

[...]

DESPESAS CORRENTES NÃO DECLARADAS

ALUGUEL RESIDENCIAL -R$ ...

TAXA DE CONDOMÍNIO -R$ ...

ALIMENTAÇÃO MENSAL -R$ ...

IPTU ANUAL -R$...

IPTU MENSAL -R$ ...

IPTU ANUAL / 12 MESES

MÉDIA DE GASTOS MENSAIS “*CORRENTES*” -R$ ...

ALUGUEL (+) CONDOMÍNIO (+) ALIMENTAÇÃO (+) IPTU MENSAL

SALDO MENSAL R$ ...

RENDIMENTO MENSAL (-) PAGAMENTOS DECLARADOS (-) PAGAMENTOS NÃO DECLARADOS

DÍVIDAS EM ABERTO NÃO DECLARADAS

PROCESSOS EM CURSO NO TJMG -R$ ...

PROCESSOS EM CURSO NO TJSP -R$ ...

DÍVIDAS INSCRITAS NO SERASA e SPC -R$ ..

UTILIZADO COMO PARÂMETRO APENAS INSCRIÇÕES DE ...

TOTAL DE DÍVIDAS -R$ ...

SALDO DA FAMÍLIA -R$ ...

RENDIMENTO ANUAL (-) DESPESAS DECLARADAS (-) DESPESAS CORRENTES NÃO DECLARADAS (-) DÍVIDAS EM ABERTO NÃO DECLARADAS

V- PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

24. Por fim, cumpre esclarecer que até ... o casal era proprietário de 02 [dois] imóveis situados no Distrito de ..., Município de ... [....]. Contudo, o juízo responsável pela execução extrajudicial de n. ... destacada alhures deferiu a penhora sobre essas propriedades.

[sic. fls. ...]

25. Outrossim, evidencia-se que existem 05 [cinco] averbações de hipoteca na Matrícula da propriedade descrita no item “a” da r. decisão interlocutória proferida pelo d. juízo da ...ª Vara Cível do Foro ... da Comarca de ..., vide fls. ...

26. Em relação aos direitos aquisitivos sobre o imóvel descrito no item “b”, *mister* alumiar a perda do objeto da penhora, considerando que o BANCO ..., credor fiduciário, procedeu a retomada do bem pela ausência de pagamento das parcelas mensais.

27. Isto posto, além de inexistir liquidez nessa única propriedade da família, incontroverso o seu estado de insolvência civil. Com isso, deve ser assegurado ao coembargante ... o acesso ao Poder Judiciário, independentemente do recolhimento das custas iniciais e despesas processuais.

28. De igual maneira, a coembargante ... se encontra em estado pré-falimentar, vez que demonstrado o expressivo déficit financeiro sem levar em consideração os meses desse ano de ...

VI- PEDIDOS

29. ***Ex positis***, os coembargantes requerem:

a) sejam concedidos os benefícios da gratuidade de justiça [CPC, art. 98 e ss.], pois a renda auferida pela sociedade empresária e pelo sócio administrador esvazia completamente qualquer condição econômico-financeira de arcarem com as expensas processuais;

b) seja decretado o sigilo dos documentos carreados aos autos nesta oportunidade, por constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

c) seja cadastrado o patrono signatário Dr. ..., inscrito na OAB/... sob o n. ..., *ut* procuração de fls. ..., para que doravante seja intimado em conjunto das vindouras publicações, sob pena de nulidade.

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)